

## Abordagem cognitivista sobre o ensino da gramática: questões teórico-metodológicas

Maria do Rosário Roxo<sup>1</sup>

**Resumo:** Sob a ótica da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1991; FILLMORE, 1982; GOLDBERG, 1995), este artigo versa sobre o ensino da gramática, especificamente as abordagens pedagógicas em língua materna. Além disso, analisa-se o tratamento pedagógico das construções condicionais no manual didático, apresentando uma proposta baseada na ideia de que perspectivas distintas sobre a realização ou não dos eventos são traduzidas por distintos pareamentos “forma e significado” em “se p, q”.

**Palavras-chave:** Gramática. Construções condicionais. Ensino.

### Introdução

Fora da escola, a gramática tem um lugar especial nos processos constitutivos das ações de fazer sentido e de se fazer entender nas relações sociais. Em situações de comunicação das mais distintas com a linguagem, especificamente na construção dos significados, a gramática se constitui e se realiza na própria dinâmica dessas situações, envolvendo, além das estruturas linguísticas, outras semioses como, por exemplo, os modelos compartilhados de crença e as formas de categorização do mundo. Por excelência, a gramática se manifesta na pluralidade de formas e de significados porque plurais são as interações em que nos envolvemos.

Na constituição dos significados, o entendimento a respeito da integração de outras semioses à estrutura linguística é tratado por Geraldi (1993, p.43) como sendo as ações da linguagem, responsáveis e produtoras pelos deslocamentos no sistema de referência, pela construção de novas formas de sentidos e representação do mundo.

Outro fator interligado às ações da linguagem é o da perspectivização do falante e do ouvinte, quando se trata da interpretação dos recursos linguísticos gramaticalizados. Neves

---

<sup>1</sup> Atualmente é Professor Adjunto de Linguística no Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem experiência na Educação Básica, com ênfase nos estudos relativos à gramática, à leitura e ao texto. Na pesquisa, interessa-se por assuntos relativos à sintaxe tendo como parâmetro os fundamentos da Gramática das construções. É coordenadora dos cursos de Letras (Português-Literaturas) e Letras (Português – Inglês e Literaturas). É líder do Grupo de Pesquisa “Cognição, Discurso e Interação” (COGNIDIN) da UFRRJ. Atualmente, atua no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, com subprojetos relativos à leitura em gêneros discursivos de meios midiáticos não-midiáticos. E-mail: [rosarioroxo@gmail.com](mailto:rosarioroxo@gmail.com).

(1997, p. 16) postula que a expressão linguística é, de um lado, função da intenção e da informação pragmática e, de outro, da informação do destinatário, além das conjecturas individuais, coletivas e culturais sobre as quais a intenção do falante tenha se valido. Esse é o pressuposto que aponta para o dinamismo das relações de sentido produzido e construído na linguagem e para a configuração dessas relações como um sistema simbólico da cognição no mundo. Neste viés, Neves (1997) destaca que, na comunicação verbal, a articulação do uso da língua à informação pragmática possibilita um dinamismo quanto à significação da estrutura linguística, ressaltando que, neste processo, existe integração entre a sintaxe, a semântica e a pragmática. Este ponto de vista é destacado por Neves (1997, p. 16) nos seguintes termos:

A. Papeis envolvidos nos estados de coisas designados pelas predicções - funções semânticas.

B. Perspectiva selecionada para apresentação dos estados de coisas na expressão linguística - funções sintáticas.

C. Estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo em que eles ocorrem - funções pragmáticas.

Na escola, destaco o contraponto entre o conhecimento científico que se tem da gramática e o seu ensino. A respeito desse contraponto, Franchi (1989, p. 88) comenta as atitudes dos professores quando se deparam com estruturas de ordem do tipo sujeito/predicado e tópico/comentário em textos produzidos por alunos, a saber:

Os professores têm a mania de apagar as vírgulas que os alunos põem entre o sujeito e o predicado, porque sujeito e predicado formam uma unidade que se chama frase e não pode pôr vírgula. Ora, sabemos que no português falado no Brasil o sujeito não exerce a função mais forte. Parece que a língua falada brasileira se orienta mais para a formação de uma oração com base em tópico e comentário do que com base em sujeito e predicado. Há um problema em se ajustar a análise linguística real dos fatos linguísticos que estão ocorrendo na fala do português do Brasil com sintomas que aparecem na escrita que já não correspondem mais a tais fatos linguísticos.

Até que ponto o uso “errôneo” da vírgula entre sujeito e predicado não aponta para uma ação da linguagem? Nota-se que a ação da linguagem tem modificado o padrão de construção de frases (sujeito/predicado para tópico/comentário). Este fenômeno se manifesta através do

modo como os alunos estruturam suas experiências através da linguagem. Na oralidade, esse rearranjo de frases revela outra forma de raciocínio dos alunos, coexistente com a estrutura sujeito/predicado, clivagem, topicalização, passivização e outros (GERALDI, 1993, p. 54).

Por ser a gramática concebida pelos professores, primeiro, como um manual que abarca o conjunto de regras, normas da variedade dita culta ou padrão a serem seguidas (atitude prescritiva) e, segundo, como uma maneira de adquirir a *boa linguagem*, falar bem e escrever bem (atitude purista), observa-se uma tendência a ensinar a gramática com objetivo de levar o aluno a substituir seus próprios padrões linguísticos, considerados errados e inaceitáveis, por outros considerados corretos e aceitáveis: a cada “faça isto” corresponde um “não faça isto” (“Ensino prescritivo”, na visão de HALLIDAY *et ali*, 1974).

Quanto ao ensino da gramática na escola, nota-se um distanciamento entre as pesquisas sobre as estruturas da língua portuguesa e o que o professor ensina no âmbito das definições, generalizações e regras em si mesmas, focalizadas na metalinguagem sem atenção, por vezes, aos usos das estruturas nos textos de diferentes gêneros discursivos e tipologias textuais.

A propósito da perspectiva do “saber a respeito da língua” (GERALDI, 1993, p.119), o ensino da gramática é, por excelência, um ato de reflexão/consciência do aluno com a linguagem cujo resultado são as possibilidades de produção e construção dos significados das estruturas linguísticas nas atividades discursivas concretas (“Uso da língua”, segundo GERALDI, *op. cit.*).

Num contexto em que se foca o ensino da gramática, explorando-se as questões da linguagem, mediadas pela relação desta com as capacidades cognitivas, princípios de categorização, experiência cultural, social e individual (GEERAERTS, 2006), este artigo busca discutir questões teórico-metodológicas acerca do ensino da gramática, de acordo com os pressupostos da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1991; FILLMORE, 1982 e TOMASELLO, 2003) e no modelo da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995).

Especificamente, o artigo abordará o tratamento de ensino da gramática na escola e a visão cognitivista de gramática, baseada no uso e no entendimento de que os processos de construção dos significados se interrelacionam aos enquadramentos e às perspetivações dos falantes nas situações discursivas em que atuam.

Dos pressupostos teóricos gerais, discute-se o tratamento de estudo das construções condicionais no manual didático (CEREJA; MAGALHÃES, 2009) e, por fim, propõe-se um trabalho pedagógico, considerando-se as pesquisas desenvolvidas por Ferrari (2001) a respeito

das informações semânticas e pragmáticas de duas configurações sintáticas distintas: (A) “Se Maria **for** para a Itália, ela **deixará/vai** deixar o emprego” e (B) “Se Maria **fosse** para a Itália, ela **deixaria/deixava** o emprego”. Parte-se da hipótese de que o trabalho com a gramática na escola pode ser uma tarefa em que as atividades pedagógicas envolvem atuação do aluno em termos de compreender e discernir expectativas sobre a realização dos eventos nos textos em que essas construções são produzidas.

### 1. Ensino da língua portuguesa: dos fundamentos gerais

A Linguística Cognitiva tem como postulado central a negação da autonomia da linguagem como sistema que basta em si mesmo (Estruturalismo) ou como um componente autônomo da mente (Gerativismo) e a independência, em relação à linguagem, de outros tipos de conhecimentos, não-linguísticos. Centrada na integração “linguagem e experiência de mundo”, a Linguística Cognitiva rompe com a análise investigativa focada no significante e na descrição do significado como sendo literal e linguístico, isolado dos conhecimentos de mundo e do contexto como se pode verificar nas citações destacadas.

A marca registrada do estruturalismo (e dos avanços indiscutíveis alcançados nesse campo, para o estudo de organizações fônicas, morfológicas, e, mais limitadamente, sintáticas) é o foco no significante: trata-se de segmentá-lo até obter elementos mínimos (fones, fonemas, traços fônicos, morfemas, lexemas, classes sintáticas), identificáveis em termos de suas propriedades combinatórias e distribucionais. O custo da precisão assim conquistada é a exclusão do sujeito como usuário “voluntarioso” da linguagem (...) (SALOMÃO, 1999, p. 62).

Paradoxalmente, assim como Saussure vê a linguagem como sistema social desencarnado, Chomsky a vê como capacidade-de-ação de um sujeito também desencarnado da sociedade ou do contexto em que atua. A condição de inovação pelo sujeito, traço essencial da linguagem, subsiste como potencialidade inacessável pela experiência, belo ornamento do logos universal. Não é, pois, surpreendente que a sintaxe gerativa tenha como contrapartida preferencial, no campo da semântica, as teorias formais da significação (*id. ibid.*, p. 64).

Diferentemente da tradição dos estudos das ciências humanas, pautados na visão objetivista e no idealismo platônico na relação linguagem e mundo (cf. MACEDO, 2008, p. 30), os estudos relativos à significação na linguagem estão pareados aos fatores sociais e

culturais, engajados nas rotinas e atividades diárias dos indivíduos, “os quais adotam estratégias para dar conta das tarefas de acordo com as demandas socialmente impostas” (cf. KOCH; LIMA, 2004). Nestes termos, a linguagem se manifesta, conforme Hipótese da Corporificação (*Embodiment Hypothesis*)<sup>2</sup>, a partir da experiência dos indivíduos nos diferentes sistemas cognitivos, conforme os propósitos comunicativos no mundo real.

A tese da mútua constitutividade entre linguagem e cognição proposta por Morato (2005, p.80) evidencia aspectos em que a “cognição” e a “linguagem” se integram interativa e dialogicamente:

- A. Os processos de mediação entre linguagem e cognição “são forjados no interior de práticas sociais, não havendo possibilidades integrais de cognição ou domínios cognitivos fora da linguagem e nem possibilidades integrais de linguagem fora de processos interativos humanos”;
- B. Sendo a significação o que plasma e dá “unidade” à relação linguagem-cognição, esta se estabelece interativamente, enunciativamente, dialogicamente; identifica-se aqui, à maneira de Bakhtin (1929/1981), uma fronteira dialética de “duas esferas da realidade” (social e cognitiva).

A ruptura promovida pela Linguística Cognitiva se dá, portanto, em relação aos três legados aristotélicos: o da categorização em termos de “é ou não é”, o da isolabilidade e primazia do literal sobre o figurado e o da isolabilidade e primazia do linguístico sobre o enciclopédico. (ALMEIDA; PINHEIRO; SOUZA *et al*, 2009, p. 19).

## 2. Reflexões sobre o ensino da gramática

O conhecimento da gramática não se adquire aprendendo a teoria pela teoria ou a classificação pela classificação, mas é construído, segundo Costa Val (2002, p.118), “na relação ativa com o objeto de conhecimento”, com tipologias textuais diversas, da modalidade escrita e oral, nas formas impressas e digitais. Com o intuito de ensinar a gramática através do uso (GERALDI, 1993, p.183), importa a escolha dos textos de diferentes gêneros textuais,

<sup>2</sup> “A Hipótese da Corporificação atribui corpo ao sujeito cognoscente e ressalta o papel de sua experiência no mundo na tessitura das línguas humanas. Daí se falar de mente corporificada ao se tratar de Linguística Cognitiva, em oposição à mente idealizada ao se tratar do mentalismo, em geral, e da Linguística Gerativa, em particular” (ALMEIDA; FERREIRA; PINHEIRO *et al.*, 2009, p. 18).

não digitais e digitais (TRAVAGLIA, 1996) como, por exemplo, propaganda, poesia, crônica, notícia, relato de experiência pessoal, narrativa fantástica, receita etc.

Quanto à aprendizagem da gramática na escola, devem ser considerados os conhecimentos coletivos e as experiências dos alunos com a linguagem (as modalidades, os registros linguísticos, os gêneros e as tipologias textuais) como ponto de partida do trabalho pedagógico relacionado à compreensão e reflexão dos significados como parte integrante das estruturas linguísticas em uso.

Nessa perspectiva, análise gramatical integra-se a determinados significados e às condições de uso nos mais distintos contextos. Ao invés de lidar com tudo pronto na escola em termos da identificação das estruturas linguísticas, as atividades pedagógicas partem das experiências individuais (conhecimentos culturais e enciclopédicos) e das habilidades cognitivas, relativas às ações de compreender e refletir os textos como objetos de leitura e de escrita.

Segundo Costa Val (2002, p.118), as atividades pedagógicas ligadas ao ensino das estruturas linguísticas devem incluir determinadas habilidades cognitivas como as referidas no trecho abaixo:

Entendo que as atividades de ensino-aprendizagem devem permitir ao aluno, primeiro, conviver com os recursos linguísticos, atentando deliberadamente para seu uso e seus efeitos de sentidos nos textos que lê, experimentando-os nos textos que escreve; depois, explicitar de maneira organizada os conhecimentos que produziu, as regularidades que inferiu; e, ao final, ver suas vivências e descobertas contrapostas a alguma teoria já estabelecida.

O que estou propondo, portanto, é o abandono da metodologia que leva a expor um conceito teórico ou uma regra, ilustrar com alguns exemplos, propor exercícios de fixação e avaliar numa prova sua memorização.

Minha proposta é a inversão desse caminho tradicional – teoria–exemplo–exercício –, de modo que o trabalho comece da prática para chegar à teoria, vá do concreto para o abstrato, parta do que é conhecido pelo aluno para depois lhe apresentar desafio do desconhecido.

Na escola, o estudo da gramática vincula-se ao modo como os alunos percebem e interpretam o léxico ou as construções, especialmente porque fatores como “experiências”, “motivação/emoção”, por exemplo, atuam na construção dos significados numa determinada

cena comunicativa. O “olhar” do aluno sobre a cena ou o evento possibilitará organizações construcionais distintas com significados peculiares.

A partir desses fatores, os falantes aprendem a gramática atuando na interpretação das estruturas linguísticas em uso de maneira reflexiva, e não pela codificação e decodificação dessas estruturas como se estivessem independentes de suas condições de produção enunciativa. Neste sentido, reforça-se a ideia de que uma descrição, em qualquer nível da língua (morfológico, sintático, semântico e pragmático), deve incluir as seguintes referências: o falante e o ouvinte, suas experiências e seus papéis dentro da situação comunicativa, socialmente determinada em condições distintas de realização.

### 3. Dimensão cognitivista de “Gramática”

À luz dos pressupostos gerais da Linguística Cognitiva, os fenômenos linguísticos são objeto de estudo cujo ponto de partida se vale da noção de que há uma inter-relação entre a linguagem e as distintas semioses ou ações cognitivas, originadas nas interações humanas. Na linguagem, a construção dos significados é mediada pela cognição e, como aponta Ferrari (2011, p. 14), o “significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado”.

A questão apontada acima por Ferrari destaca a relevância de se estabelecer uma correlação entre “significado” e “experiência”, sabendo então que o significado em si e por completo não existe na construção de forma homogênea e à parte do contexto.

A perspectiva baseada no uso é adotada pela Linguística Cognitiva, tendo como paradigma de análise a ideia de que o significado das construções é orientado pelas experiências concretas do falante e pelo contexto.

Quando se trata do estudo e da observação do uso real da língua, as construções são entidades não autônomas e, portanto, heterogêneas e de pareamento “forma-significado” diverso (GOLDBERG, 1995) cuja pesquisa abarca a ideia de que “não existe linguagem humana independentemente do contexto sócio-cultural” (SILVA, 2004, p. 7), situado e definido.

Para Salomão (1999, p. 71), essa ênfase do uso real põe em foco a questão de que “fazer sentido (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si



mesmo)”. De acordo com a autora, o sujeito produz a significação atuando na cena concreta, “investindo-a de sentido, seja com base em conhecimento consensualizado, disponível como norma de conduta, ou por conta da motivação singular de realizar objetivos localmente relevantes” (SALOMÃO, 1999, p. 71). Assumida a perspectiva de que o significado da estrutura linguística é realizado pelos participantes de maneira interativa, postula-se que as orações condicionais informam sobre o mundo e as coisas de modos particulares e, por isso, estão além de representarem padrões sintáticos bem-formados nas línguas naturais.

Considerando a linguagem não como sistema autônomo, desarticulado da experiência humana, Salomão (1999, p. 71) afirma que as unidades linguísticas devem ser vistas a partir da noção de *interatividade*, como revela o trecho destacado:

Fazer sentido (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo). Construir sentido implica em assumir determinada perspectiva sobre uma cena, perspectiva que é também mutável no próprio curso da encenação.

Na opinião da autora, as construções gramaticais adquirem o *status* de manifestar os papéis sociais e não os sentidos em si. A constituição de unidades simbólicas é resultado da ação e da interferência dos sujeitos, “seja com base em conhecimento consensualizado (o MCI da interação), disponível como norma de conduta, ou por conta da motivação singular de realizar objetivos localmente relevantes” (SALOMÃO, 1999, p. 71).

Fundamentadas nos pressupostos gerais da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1991; GOLDBERG, 1995; FERRARI, 2011), algumas particularidades sobre a gramática são destacadas.

### **A Gramática é dinâmica**

As classes e as construções da gramática são entidades simbólicas e, portanto, significativas, sendo propriedades sintáticas motivadas, na experiência e no cotidiano, por aspectos semântico-pragmáticos, por modelos cognitivos contínuos e por modelos socioculturais diversos (LANGACKER, 1991; FILLMORE, 1988; GOLDBERG, 1995). Assim, cada construção sintática reflete processos cognitivos, motivados pela experiência, conhecimentos coletivos e intenções/papéis sociais no foco da interação.



A exemplo dessa abordagem, o estudo das construções condicionais na interação jurídica desenvolvido por ROXO (2006)<sup>3</sup> é uma análise baseada na hipótese de que a condicionalidade não deve ser definida como uma categoria lógica, de modo que se possa atribuir um valor de verdade aos conteúdos de *p* e *q* na sentença. Assim, a configuração sintática “Se V. PRES. IND, V. PRES. IND” carrega informações semânticas e distintas relações pragmáticas nas cenas comunicativas do caso julgado.

Quando é dita pelo promotor, configura-se o mesmo alinhamento do Ministério Público quanto à defesa dos princípios da vida na sociedade como em:

**Promotor:** Se nem o Estado tem legitimidade para tirá-lo ninguém mais tem. Ninguém tem o direito de antecipar a morte de uma outra pessoa.

Quando é dita pelo defensor, o ponto de vista advém particularmente da atenção do próprio falante quanto à realização dos fatos do caso concreto. Pragmáticamente, instaura-se outro ponto de vista, diferente do promotor, a favor do réu:

**Defensor:** Se é com Godir deve ser com qualquer um, pra mim, *pros* senhores, pra qualquer uma dessas pessoas.

No interrogatório, ao ser interpelado pelo juiz, a configuração sintática “Se V. PRES. IND, V. PRES. IND” sinaliza uma conclusão que beneficia o próprio falante, o réu. A construção condicional abaixo é um exemplo deste pareamento:

**Réu:** Se o nome dele é Daniel, eu conheço ele de vista.

Essa configuração sinaliza que o estado de coisa na prótase “Se o nome dele é Daniel” expressa uma conclusão “Eu conheço ele de vista”, alinhada ao próprio conhecimento do

<sup>3</sup> Estudo desenvolvido na tese de doutorado intitulada *Aspectos cognitivos das construções condicionais em audiências públicas*, defendida em 29 de agosto de 2006, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lílian Vieira Ferrari (Depto de Linguística, UFRJ). Baseado no estudo desenvolvido por Sweetser (1990), a pesquisa mostra que o funcionamento da condicionalidade se refere a domínios cognitivos distintos, podendo se referir a situações do mundo real (condicionais de conteúdo ou condicionais preditivas), a processos de raciocínio (condicionais epistêmicas) e a processos de atos de fala (condicionais pragmáticas) de acordo com a perspectiva do falante sobre a situação ou estado de coisa representado na cena comunicativa.

falante (experiência concreta do acontecimento). Pragmaticamente, a construção condicional epistêmica é uma estratégia de o réu não se comprometer quanto à veracidade do fato descrito na apódose: “Eu conheço ele de vista”.

### **A Gramática é baseada no uso e na experiência**

Na visão da Linguística Cognitiva, o processo de significação da língua pressupõe experiências cognitivas culturais e locais, diretamente ligado ao contexto de uso. Essa base conceitual alinha-se ao pressuposto de que a estrutura linguística não é autônoma e nem se comporta de maneira uniforme ou cristalizada. Sobretudo, os conhecimentos (os adquiridos na vida diária e os locais) possuem um papel relevante na significação da estrutura linguística, a partir das operações de conexões e de correspondência entre domínios (MIRANDA, 1999; FERRARI, 2011).

Essa abordagem mostra que o significado na linguagem tem uma relação com as situações reais de comunicação, especificamente com as experiências situadas e focadas culturalmente (SILVA, 2004).

Considerando as perspectivas adotadas pelo falante no evento como um todo, as possibilidades de significação das construções gramaticais se originam a partir das operações cognitivas concretas e abstratas. A dinamicidade da gramática se realiza através do processo em que os falantes se envolvem dialogicamente nas interações (TOMASELLO, 2003) e não apenas pelas variedades dos significados das construções gramaticais.

### **4. “Gramática das Construções”: viés teórico para o ensino de gramática**

O pressuposto de que há uma associação entre significado linguístico e conhecimento do mundo implica na escolha de um método baseado no uso, ou melhor, na observação do uso real das expressões linguísticas. Para a Linguística Cognitiva, a questão do sentido baseia-se na análise das expressões linguísticas, originadas no contexto dos processos de conceptualização e nas experiências/comportamentos individuais e sociais. Desse modo, como é afirmado por Salomão (1999, p. 69), o princípio do “dinamismo contextual” pressupõe as instruções verbais, relativas às configurações cognitivas, e as instruções semiológicas, referentes às suposições do senso comum e da interação verbal específica,

expressas nas palavras proferidas, no tom e na expressão facial no evento comunicativo em foco.

Assim, uma construção gramatical não é uma lista adquirida isoladamente, seja pela hipótese de que a língua tem o seu foco centrado nas estruturas linguísticas formais (significante), seja pela noção de que o significado é produto da mente, de modelos semânticos prévios e desarticulados do social. Nos termos de Goldberg (1995, p. 4), “C é uma construção se C é um par forma/sentido”, subscrevendo como uma das premissas a indissociabilidade entre Semântica e Pragmática.

Na perspectiva cognitivista, forma e significado são elementos tratados como uma unidade simbólica (GOLDBERG, 1995). Entende-se, portanto, que “cada construção gramatical, lexical ou sintática, sinaliza uma interpretação semântica e/ou pragmática como parte de sua descrição global” (FERRARI, 2000, p.23). Assim, uma construção gramatical não é uma lista adquirida isoladamente, seja pela hipótese de que a língua tem o seu foco centrado nas estruturas linguísticas formais (significante), seja pela noção de que o significado é produto da mente, de modelos semânticos prévios e desarticulados do social.

Vejamos como o manual didático propõe o estudo das construções condicionais no item a seguir:

### **O tratamento escolar para o estudo da gramática**

No manual didático *Português Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 2009), a visão de ensino de gramática, através da correlação entre a seção de conteúdo e a proposta de exercícios, é desenvolvida na seção “A língua em foco”, tendo subtítulos referentes ao conceito como: “Construindo o conceito”, “Conceituando” e “Exercícios”, englobando a seção das classificações das orações adverbiais e os exercícios propriamente.

Nas seções mencionadas, os autores privilegiam uma abordagem formal, abstrata e objetivista das construções condicionais, com generalizações e limites rígidos, em detrimento do uso e das estruturas de conhecimento relacionadas às experiências (FILLMORE, 1982). Especificamente no manual didático, a fixação da normatividade com atitudes prescritivas manifesta-se simplesmente pela definição e pela enumeração das conjunções condicionais:

#### **Condicionais**

Expressam uma **hipótese** ou **condição** para que ocorra o fato expresso na oração principal: “**Se eu quiser falar com Deus**, tenho que ficar a sós” (Gilberto Gil)

São introduzidas pelas conjunções subordinativas condicionais: **se, caso, contanto que, desde que, salvo se, a menos que, sem que**, etc.

Em termos do estudo da configuração sintática, o que é acentuado no manual é o reconhecimento e classificação de cada oração:

### Exercícios

No enunciado verbal em destaque na página temos:

Se existe uma esperança para pacificar as relações humanas, ela se chama tolerância.

- a) Qual é a oração principal? b) Identifique e classifique as orações subordinadas adverbiais. (CEREJA; MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 88).

Em consequência dessa abordagem analítica, um aspecto a ser elucidado é que não basta conhecer a conjunção subordinativa condicional (“se” ou suas equivalentes) para dominar o uso da condicional. Esse é um equívoco comum quanto ao fato de se acreditar que dominando os itens (“conjunção” e nomenclaturas denominada “oração principal” e “oração subordinada adverbial condicional”) da construção condicional domina-se tal construção. Saber usar as regras da sentença condicional não garante o conhecimento da construção condicional como uma unidade simbólica com pareamento dos componentes “forma-significado”.

### Proposta de estudo das construções condicionais: viés cognitivista

Para o trabalho pedagógico relativo ao ensino das construções condicionais, alguns pressupostos da Gramática das construções serão referência:

- A. Não é possível tratar forma e significado separadamente.
- C. Cada construção gramatical possui uma interpretação semântica e/ou pragmática como parte de sua descrição.

Não se assume uma divisão estrita entre construções sintáticas e lexicais (FERRARI, 2001, p. 144).

Para análise das construções condicionais, especificamente dos distintos pareamentos “forma-significado”, a noção de “expectativa” de realização ou não de eventos será pré-requisito para o aluno construir e enquadrar os significados das configurações sintáticas, originadas conforme suas condições de produção. Para este objetivo, tomaremos um dos trabalhos desenvolvidos por Ferrari (2000) a respeito das construções condicionais na gramática do português.

Vejamos a construção condicional com verbo no futuro do subjuntivo:

Se Maria **for** para a Itália, ela **deixará/vai** deixar o emprego.

De acordo com Ferrari (2000, p. 126), em “Se Maria **for** para a Itália, ela **deixará/vai deixar o emprego.**”, o falante não afirma que Maria vai para a Itália, pois não sabe se isso acontecerá realmente. É o uso do futuro do subjuntivo que sinaliza a postura do falante quanto ao fato de desconhecer se o evento se realizará.

Outro pareamento “forma-significado” pode ser observado na construção condicional com moldura sintática formada com verbo no pretérito perfeito do subjuntivo:

Se Maria **fosse** para a Itália, ela **deixaria/deixava** o emprego.

No caso da construção acima, o evento não realizado é contrário às expectativas do falante: “Maria não foi para a Itália”. O uso do pretérito imperfeito do subjuntivo demonstra uma suposição a respeito da viagem de Maria, sinalizando, ao mesmo tempo, o grau de expectativa do falante no contexto de sua produção discursiva.

Assumida a perspectiva de que o significado da estrutura linguística é realizado pelos participantes de maneira interativa, postula-se que as orações condicionais informam sobre o mundo e as coisas de modos particulares e, por isso, estão além de representarem padrões sintáticos bem formados e rígidos, opostos aos enquadramentos construídos pelos falantes no momento em que atuam reflexivamente na maneira de compreender e construir significados para as estruturas da gramática do português.

## Considerações finais

A gramática é vista como um instrumento de interação social e suas estruturas, portanto, não estão autônomas, estão, sim, inseridas num uso efetivo, por intenções de sentido apropriadas ao enunciado que o falante deseja construir para suas finalidades comunicativas.

Diferentemente da perspectiva de que a gramática existe independentemente dos sujeitos nas ações e nos meios culturais e físicos, optou-se por um caminho cuja investigação linguística pressupõe não apenas capacidades racionais, mas também experiências culturais, conhecimentos socialmente produzidos, reflexão e tomadas de reflexão. Assim, uma construção gramatical não é uma lista adquirida isoladamente, seja pela hipótese de que a língua tem o seu foco centrado nas estruturas linguísticas formais (significante), seja pela noção de que o significado é produto da mente, de modelos semânticos prévios e desarticulados do social.

Na visão da Linguística Cognitiva, o processo de significação da língua envolve experiências cognitivas culturais e locais, diretamente ligado ao contexto de uso. Essa base conceitual alinha-se ao pressuposto de que a estrutura linguística não é autônoma e nem se comporta de maneira uniforme ou cristalizada. Sobretudo, os conhecimentos (os adquiridos na vida diária e os locais) possuem um papel relevante na significação da estrutura linguística, a partir das operações de conexões e de correspondência entre domínios (MIRANDA, 1999 e FERRARI, 2011).

## Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de; FERREIRA, Rosângela Gomes; PINHEIRO, Diogo *et ali*. Breve introdução à Linguística Cognitiva. In: ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de; FERREIRA, Rosângela Gomes; PINHEIRO, Diogo *et ali* (Orgs.). *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009.

ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. Cruzamento vocabular no português: aspectos semântico-cognitivos. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Orgs.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.

CEREJA, William Roberto Cereja; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Coleção *Português Linguagens*. 9º ano. São Paulo: Atual, 2009.

CROFT, William. Syntactic argumentation and radical construction grammar. *Radical construction grammar*. Oxford, UK, 2001.

FERRARI, Lilian Vieira. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *Scripta, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas*. Linguística e Filologia. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 5, n. 9, 2001, pp. 143-150.

\_\_\_\_\_. FERRARI, Lilian Vieira. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2000, pp. 21-30.

FILLMORE, Charles. Frame Semantics. *Linguistic Society of Korea (Ed.). Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982, p. 111-138.

GEERAERTS, D. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

LANGACKER, Ronald. *Foundation of cognitive grammar*: v. 2. Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1991.

KOCH, I. G.; LIMA, M. L. C. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística*: v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, Ana Cristina Pelosi de. *Cognição e Linguística*. MACEDO, Ana Cristina Pelosi de; FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes e Farias, PEIXOTO, Emilia Maria (Orgs.). *Cognição e Linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceituais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 3, n. 1, jan.-jun. 1999.

MORATO, Edwiges Maria. Aspectos sócio-cognitivos da atividade referencial: as expressões formulaicas. MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Orgs.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática de usos é uma gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, 41(n. esp.), 1997.

ROXO, Maria do Rosário. *Aspectos cognitivos das construções condicionais em audiências públicas*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.



SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, v. 3, n. 1, jan.-jun. 1999, pp. 61-79.

SILVA, Augusto Soares da. Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a linguística cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares da; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (Orgs.). *Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva*. Coimbra: Almedina, 2004.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º. e 2º. graus*. São Paulo, Cortez, 1996.

VAL, Maria da Graça Costa. A gramática do texto, no texto. *Revista de Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p.107-133, jul.-dez. 2002.

### **Cognitive approach on grammar teaching: theoretical and methodological questions**

**Abstract:** Based on the Cognitive Linguistic point of view (LANGACKER, 1991, FILLMORE, 1982 and GOLDBERG, 1995), this article is about grammatical teaching, specifically the pedagogical praxis in native's language. Furthermore, it's analyses the pedagogical treatment of conditional constructions in teaching manual, presenting a proposal based on the idea that different perspectives on the achievement or not the events are translated by different pairings "form and meaning" in "if p, q".

**Key words:** Grammar. Construction grammar. Conditional constructions. Teaching.

**Recebido em:** 19/10/2013.

**Aprovada em:** 11/11/2013.